

A importância do Cadastro no processo civilizatório

Prof. M.Eng. Obéde Pereira de Lima ¹

Prof. Dr.-Ing. Jürgen Philips ²

¹ Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Departamento de Geociências - DEGEO
Doutorando na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
Campus Universitário - Trindade - Caixa Postal 476
88010-970 Florianópolis SC
✉ ecv3opl@ecv.ufsc.br

² Departamento de ...Centro Tecnológico - Departamento de Engenharia Civil
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
Campus Universitário - Trindade - Caixa Postal 476
88010-970 Florianópolis SC
✉ philips@ecv.ufsc.br

Conteúdo	
	1 Introdução
	1.1 Generalidades
	1.2 Conceitos e definições
	2 Sumário Histórico
	2.1 Pré-História
	2.2 Antigüidade
	2.2.1 Antigüidade Oriental
	2.2.2 Antigüidade Ocidental
	2.3 Idade Média
	2.3.1 Feudalismo
	2.3.2 Sociedade feudal
	2.3.3 Economia feudal
	2.4. Idade Moderna
	2.5 Idade Contemporânea
	3 Conclusão
	Referências Bibliográficas:
	Bibliografia consultada:

Resumo: Este artigo é o resultado de uma pesquisa bibliográfica, realizada com o objetivo de resgatar a importância do cadastro de bens imóveis no processo civilizatório, situando-o no tempo e no espaço, desde os primórdios da civilização. Começando na Antigüidade, (em torno de 4.000 a. C.); passa pelo Século XVII a. C., quando Hamurabi, na Babilônia, demarca as primeiras propriedades territoriais do homem; prossegue pela Idade Média, quando surge o feudalismo; atravessa a Idade Moderna, com a transição do feudalismo para o capitalismo; e, por fim, chega na Idade Contemporânea com a Declaração dos Direitos do Cidadão (1789), onde diz que a propriedade privada é inviolável e sagrada e, no final desta última década de 1990 com o despertar da consciência da Humanidade de que os recursos naturais da Terra não são inesgotáveis.

Palavras chave: Cadastro; bens imóveis; propriedade; território.

Abstract: This article is the result of a bibliographical research, accomplished with the objective of rescuing the importance of the cadaster of immobile goods in the process civilizatório, placing it in the time and in the space, from the origins of the civilization. Beginning in the Antique, (around 4.000 b. C.); goes by the Century XVII b. C., when Hamurabi, in Babylon, demarcates the man's first territorial properties; continues for the Medium Age, when the feudalism appears; crosses the Modern Age, with the transition of the feudalism for the capitalism; and, finally, arrives in the Contemporary Age with the Declaration of the Rights of the Citizen (1789), where says that the deprived property is inviolable and sacred and, in the end of this last decade of 1990 with the awakening of the Humanity's conscience that the natural resources of the Earth are not inexhaustible.

Keywords: Cadaster; immobile goods; property; territory.

1 Introdução

1.1 Generalidades

Em todas as profissões o conhecimento, por parte dos seus elementos humanos integrantes, sobre **como**, **quando** e **onde** as respectivas atividades iniciaram e se desenvolveram tem a grande importância, não só sob o ponto de vista cultural, mais sobretudo como fonte de pesquisas e de descobertas dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos alcançados no passado, servindo como uma base para o progresso no futuro. Com este propósito este tema é abordado, buscando-se o saber sobre as origens e o desenvolvimento do cadastro de bens imóveis e territoriais desde os primórdios do processo civilizatório.

Estudiosos sobre o comportamento dos seres vivos do reino animal, relatam que determinados animais têm o hábito de demarcarem os territórios que passam a explorar. É o caso, e.g., de animais domésticos como cães, que percorrem a área do local que passam a habitar, fazendo inicialmente um "reconhecimento", para em seguida "assinalar", com os odores de sua urina, vários pontos ao longo

de uma certa área. Os odores característicos depositados servem como advertência aos demais indivíduos de sua espécie, que se valem de seus faros, como um dos seus sentidos físicos mais desenvolvidos, para indicar que aquela área já tem um "dono"; e eles, muitas vezes, lutam até a morte na defesa do sítio que dominam. Igualmente, verifica-se tal comportamento em algumas espécies felíneas como onças ou jaguares, leões, tigres, etc. Este comportamento é inato nesses animais, pois o instinto da sua sobrevivência é altamente preponderante.

O homem, como ser racional, pertencente a este reino animal, possuidor da faculdade de apreciar e tomar decisões, conforme os seus princípios e suas necessidades, aprendeu, desde o primeiro momento de convivência em comunidades, mesmo nas mais primitivas, a ter o sentimento de propriedade das coisas, principalmente a territorial, pois isto sempre foi sinal de poder e de autoridade.

1.2 Conceitos e definições

O processo civilizatório teve o seu início quando o homem deixou de ser nômade e passou a ter a vida sedentária, organizando-se em pequenos grupos, dentro de certo espaço geográfico, constituindo as primeiras aglomerações urbanas e vivendo dentro dos princípios rudimentares da **moral**, em torno de 4.000 a. C.

Segundo DOROLLE (1960, p.2115), entende-se por **moral** o conjunto das formas que, em determinado meio, granjeiam a aprovação para o comportamento dos homens. A moral é, pois, em si, uma espécie de fato histórico. A vida moral se manifesta em cada um de nós através de idéias, crenças, sentimentos ou juízos, que assumem a forma de nossa personalidade consciente, e ao conjunto dos quais se aplica o termo de consciência moral.

De acordo com FONSECA (1960, p. 2662) o **direito civil** é o conjunto de normas jurídicas relativas às pessoas, naturais ou entes jurídicos, regulando as suas relações recíprocas de família ou patrimoniais, em face dos bens, sob a base da coordenação, quando não direito especial que as discipline. É dentro deste campo do direito que se inserem as questões relativas à propriedade patrimonial, sob as suas variadas modalidades.

Para FERREIRA (1994), o termo **CADASTRO** vem do francês cadastre. [Substantivo masculino]. 1. Registro público dos bens imóveis de determinado território. 2. Registro que bancos ou casas comerciais mantêm de seus clientes, da probidade mercantil e situação patrimonial deles, etc. 3. Registro policial de criminosos ou contraventores. 4. Conjunto das operações pelas quais se estabelece este registro. 5. Censo, recenseamento.

Para se dizer alguma coisa sobre a **IMPORTÂNCIA DO CADASTRO NO PROCESSO CIVILIZATÓRIO**, sob o enfoque filosófico, é necessário recorrer a História Geral e pesquisar sobre as relações existentes entre os governantes (detentores do poder em todas as formas) e seus respectivos povos, retirando dela os aspectos pertinentes a este assunto, de grande importância para o correto entendimento das condutas sociais, humanas, políticas, econômicas, e jurídicas.

2 Sumário Histórico

A história começa quando os homens encontram os elementos de sua existência nas realizações de seus antepassados. Do ponto de vista europeu, divide-se em cinco grandes períodos: Pré-história, Antigüidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Apreciando a vida moral dos seres humanos, ao longo desses períodos e sob determinadas óticas, pode-se inferir sobre suas condutas diante do sentimento de posse e de propriedade de bens móveis, imóveis e territoriais.

2.1 Pré-História

Período que vai do surgimento do homem na Terra, há cerca de 3,5 milhões de anos, até o aparecimento da escrita, por volta de 4.000 a.C. Tem como marcos a evolução no emprego da pedra como arma e ferramenta, a criação da linguagem oral, o surgimento da arte a utilização e domínio da produção do fogo, a domesticação e criação dos animais, a prática da agricultura e a criação da metalurgia. Está dividida nos períodos: Paleolítico (de 3,5 milhões a.C. a 10.000 a.C.), Mesolítico (de 10.000 a.C. a 8.000 a.C.) e Neolítico (de 8.000 a.C. a 4.000 a.C.). A domesticação de animais, o surgimento da agricultura, a utilização dos metais e a descoberta da escrita marcam o fim dessa fase.

2.2 Antigüidade

Começa com a utilização da escrita e termina com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476. As primeiras civilizações surgem entre 4.000 e 3.000 a.C. Formam-se às margens dos grandes rios Nilo (Egito), Tigre e Eufrates (Mesopotâmia), Amarelo (China), Jordão (Palestina), Indo e Ganges (Índia e Paquistão) como resultado da revolução neolítica. Essas civilizações dominam algumas técnicas comuns, como a domesticação dos animais, a agricultura, metalurgia, escultura e escrita. As relações sociais comunitárias são substituídas pelo escravismo ou pela combinação deste com diferentes formas de servidão.

2.2.1 Antigüidade Oriental

As principais civilizações da antigüidade oriental são a suméria, assíria, acadiana, egípcia, hebraica, fenícia, hitita e persa. Os cretenses, apesar de estarem localizados no ocidente, apresentam características comuns a outros povos da antigüidade oriental.

SUMÉRIA - Hamurabi (1.728 a.C.-1.686 a.C.), sexto rei da primeira dinastia babilônica (amorritas), é o fundador do 1º Império Babilônico. Consegue unificar os semitas e os sumérios. Durante seu governo, cerca³ a capital com muralhas, impulsiona a agricultura, restaura os templos mais importantes e institui impostos e tributos em benefício das obras públicas. É autor do famoso código penal, o mais antigo da História, que leva seu nome. O Código de Hamurabi estabelece regras de vida e de propriedade, estendendo a lei a todos os súditos do império. Determina penas para as infrações, baseadas na lei de talião (olho por olho, dente por dente).

ASSÍRIOS - Resultam da mestiçagem entre povos semitas, que emigram da Samaria (região da Palestina), e povos que habitam o Tigre superior, por volta de 2.500 a.C. Constroem Assur e Nínive, suas principais cidades-Estado.

Economia e religião dos assírios - A propriedade da terra é repartida⁴ entre a casta sacerdotal, rei e nobreza. Escravos e servos semilivres realizam o trabalho na agricultura e no artesanato. A agricultura se desenvolve com o surgimento da horticultura e com o aperfeiçoamento técnico do arado. Politeístas, possuem um deus supremo, Assur. Constroem imensos palácios e esculturas monumentais.

EGÍPCIOS - O vale do rio Nilo, com terras negras e férteis, é a base da civilização egípcia. A fertilidade resulta da inundação anual do rio (julho a outubro) e da deposição do húmus quando as águas baixam.

Unificação egípcia - A agricultura e o intercâmbio de produtos estimulam a sedentarização e a miscigenação das tribos, que formam, no vale do Nilo, um único povo, diferente dos beduínos que habitam o deserto. Durante o Neolítico, são construídas cidades-Estado sobre o eixo fluvial, como Tebas, Mênfis e Tânis, que se relacionam ativamente. Elas se unificam por volta de 3.000 a.C., introduzindo uma monarquia centralizada na figura do faraó, soberano hereditário e absoluto, considerado uma encarnação divina. Na segunda dinastia tinita (3.000 - 2770 a. C.) a soberania faraônica estabelece o recenseamento da propriedade, com frequência de dois em dois anos, envolvendo terras, ouro e gado, com o objetivo de cobrança de impostos. As cidades-Estado são transformadas em monos, divisões administrativas da monarquia, governadas por monarcas.

Economia e sociedade egípcias - A agricultura e o intercâmbio de produtos naturais são a base da economia. Após a unificação, a terra passa dos clãs à propriedade do faraó, nobres e sacerdotes. Os membros dos clãs são transformados em servos. As incursões em direção à Núbia, Somália, Sinai e Biblos introduzem o trabalho escravo nas minas e na construção dos palácios, templos e pirâmides.

HEBREUS-Povo nômade de origem semita, recebe posteriormente a denominação de judeus. Entre 3.000 e 2.000 a.C., uma parte migra para a Galiléia, na Palestina, onde tribos cananéias estão instaladas e praticam a agricultura. Outra parte dos hebreus migra para o Egito, onde é mantida escravizada entre 1.300 e 1.220 a.C.

Economia e sociedade hebraicas - Os hebreus praticam a agricultura, o pastoreio e o artesanato, mas destacam-se sobretudo no comércio com a Arábia. Têm por base social o trabalho de escravos e servos.

FENÍCIOS - Povo de origem semita que ocupa uma estreita faixa do litoral da Palestina. Tem como limites terrestres os montes Casio (ao norte) e Carmelo (ao sul) e o Líbano (a leste). As cidades-Estado autônomas Arados, Biblos, Beritos (atual Beirute), Sidon e Tiro instauram a Fenícia como federação política. Entre 1.000 e 774 a.C., Tiro assume a hegemonia.

Economia e sociedade fenícias - O comércio marítimo é a principal atividade econômica das cidades-Estado fenícias. Realizam intercâmbio com as cidades gregas e egípcias e as tribos litorâneas da África e Ibéria, no Mediterrâneo. Através do mar Vermelho e de caravanas terrestres, atingem a Mesopotâmia e a Índia. À medida que colonizam regiões litorâneas, introduzem a servidão e a vassalagem das tribos e utilizam trabalho escravo. Possuem uma forte classe de comerciantes ricos.

HITITAS - Nômades procedentes do Cáucaso, estabelecem um reino na Capadócia em 1.640 a.C., tendo Kussar como capital. Desenvolvem uma política expansionista contra a Síria, Babilônia e Egito, mas não conseguem resistir à invasão dos gregos (aqueus) em 1.200 a.C.

Política e sociedade hititas - Desenvolvem a mineração de ferro, agricultura, artesanato e comércio por meio de mercados e caravanas. Servos e escravos (prisioneiros de guerra ou por dívidas) encarregam-se do trabalho. Uma classe de comerciantes ricos e a nobreza cuidam dos negócios do Estado por meio de uma monarquia hereditária. O rei, ajudado pela rainha e pela nobreza, é juiz supremo, sumo sacerdote e chefe do exército.

CRETENSES - No final do período neolítico, a população da ilha de Creta, no Mediterrâneo, é composta de agrupamentos heterogêneos que já conheciam a metalurgia do bronze, a agricultura e a construção de embarcações. A partir de 2.600 a.C. os cretenses constroem povoados portuários, como Cnossos, Festos e Malíá, através dos quais comerciam cereais, vinho e azeite com os gregos, egípcios e palestinos. Por volta de 1.450 a.C. são dominados pelos aqueus.

Economia e sociedade cretenses - Praticam a agricultura, a metalurgia do bronze e do ouro e a construção de embarcações. Desenvolvem um ativo comércio marítimo. O trabalho é exercido por escravos, pertencentes aos proprietários territoriais e aos comerciantes. Constantes terremotos na região obrigam os cretenses à reconstrução freqüente de seus povoados.

PERSAS E MEDOS - São tribos nômades aparentadas dos escitas, do Cáucaso, que se deslocam para os altiplanos do Irã, mesclando-se a outras tribos locais. Por volta de 700 a.C. possuem inúmeras cidades-Estado, como Ecbatana, Pasárgada e Persépolis, sob hegemonia meda.

Economia e sociedade persas - Praticam a agricultura, a pecuária, o artesanato, a mineração de metais e pedras preciosas e a metalurgia. Realizam intenso intercâmbio comercial, construindo estradas e canais para facilitar o transporte. Implantam economia monetária, adotam um sistema de pesos e medidas e instituem impostos de quantia fixa. Na base de sua estrutura social estão os servos e escravos e, no topo, a nobreza territorial, militar e burocrática.

CHINESES - Desde o período pré-histórico, diferentes povos ocupam a região da China. O primeiro reino dinástico surge por volta de 2.000 a.C. Sucedem-se disputas e guerras pela hegemonia por quase 2 mil anos. A primeira unificação é realizada pela dinastia Chin, em 221 a.C., substituída pela dinastia Han ocidental, em 206 a.C.. Os Han mantêm a centralização dinástica, derrotam a tentativa de invasão dos hunos e expandem sua hegemonia pela Ásia Central e Sudeste Asiático. No século I, a dinastia Han amplia seu território até o golfo Pérsico.

Organização política e social chinesa - A sociedade evolui da forma comunal para a propriedade da nobreza territorial. Os camponeses tornam-se servos, pagando obrigações aos senhores territoriais. Com o tempo, os servos são incorporados ao exército. Nas cidades, ganham importância os nobres, funcionários burocráticos, comerciantes e artesãos. As dinastias têm organização monárquica, com o rei centralizando as funções administrativas e sacerdotais.

HINDUS - Povoamentos neolíticos situam-se no vale do Indo e do Ganges desde antes de 3.000 a.C.

Economia e sociedade hindus - Possuem agricultura avançada, irrigada por canais. Trabalham os metais (exceto o ferro) e realizam um intenso comércio fluvial. Durante a dominação ariana ocorrem mudanças na propriedade rural, com a repartição familiar das terras, o cultivo de cereais e a criação de gado. A organização social passa a obedecer a um regime de castas. Os guerreiros (chátrias) e sacerdotes (brâmanes) são as castas superiores. As castas inferiores são formadas pelos camponeses (vaisias) e servos (sudras), que trabalham em regime servil. Os párias, marginalizados, são pessoas sem casta que podem ser escravizadas. O Código de Manu, elaborado pela casta sacerdotal, determina as regras econômicas, administrativas, jurídicas e morais da sociedade.

2.2.2 Antigüidade Ocidental

GRÉCIA - Na península Grega disseminam-se, por volta de 3.000 a.C., povoados fortificados de tribos de cultura agrária. Entre 1.600 e 1.200 a.C. intensificam-se as migrações de povos pastores para a península, como os aqueus, os jônios e os dórios, que falam grego, conhecem os metais e utilizam carros de guerra.

Economia e sociedade gregas - A introdução da metalurgia do bronze e do ferro, o desenvolvimento do artesanato e a intensificação

do comércio aumentam a produtividade entre os séculos VI e IV a.C. Esses fatores, associados às migrações e às guerras, modificam as antigas relações sociais, baseadas em clãs. Os habitantes passam a agrupar-se principalmente nas pólis (cidades). O trabalho na agricultura e nas demais atividades manuais fica a cargo de escravos (em geral presas de guerra) e parceiros semilivres. As terras comunais ou gentílicas passam à propriedade de uma classe de proprietários territoriais, a nobreza. O desenvolvimento do comércio faz surgir uma classe de comerciantes e artesãos ricos.

ROMA - A península Itálica é quase toda ocupada por povos do Neolítico, que conhecem a metalurgia do bronze, a agricultura e a construção de aldeias fortificadas, como as palafitas. Por volta de 2.000 a.C., a península recebe uma onda migratória de povos indo-europeus.

Economia romana - É basicamente agrária e pastoril no período da Realeza. A partir da República, quando o Império se expande, tem acesso aos escravos e desenvolve o comércio.

Sociedade de patrícios e plebeus - Sob o domínio dos etruscos, há uma nobreza proprietária de terras, súditos livres que trabalham na agricultura e nos ofícios e escravos, prisioneiros de guerra ou por dívidas. Sob o domínio romano, há os romanos livres e os escravos. Os romanos livres configuram duas grandes classes: os patrícios, ou nobreza territorial e militar, e os plebeus. Entre os plebeus estão os camponeses (pequenos proprietários ou lavradores das terras públicas), os artesãos e os soldados das centúrias. Além do escravismo, os patrícios utilizam o sistema da clientela, no qual trabalhadores livres produzem nos latifúndios em troca de proteção e de parte do que produzem. Com o fim das conquistas militares e as invasões bárbaras (século III) o escravismo é substituído pelo colonato, uma forma de servidão voluntária com base na antiga tradição da clientela.

2.3 Idade Média

Abrange o período que vai do século V da era cristã até a queda de Constantinopla, capital do Império Romano do Oriente, em 1453. Principais marcos: a expansão dos reinos bárbaros na Europa, a transformação do escravismo em feudalismo, o surgimento dos impérios feudais, a expansão do cristianismo e do islamismo, o renascimento do comércio e das cidades medievais e o apogeu da civilização maia, na América.

Inicia-se, na cronologia européia, com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476. É marcada pela ruralização e descentralização do poder, que permite o desenvolvimento do feudalismo. O **retalhamento do território** em feudos se estende por todo o continente europeu, acompanhando a expansão dos reinos bárbaros. A consolidação do poder da Igreja Católica é característica fundamental desse período.

2.3.1 Feudalismo

As invasões dos bárbaros e a desagregação do sistema político de Roma, a partir do século V, conduzem a uma reestruturação social que resulta no feudalismo europeu. Poder descentralizado, economia agrícola de subsistência e mão-de-obra servil constituem a base desse sistema, que possui características que variam conforme a região. No continente asiático o processo de reestruturação feudal segue um caminho próprio.

Na **organização política** a sociedade feudal estrutura-se em relações de dependência pessoal, ou vassalagem, que abrangem desde o rei até o camponês. O vassalo oferece ao senhor, ou suserano, fidelidade e trabalho, em troca de proteção e um lugar no sistema de produção. O senhor feudal também é vassalo de outro senhor, e assim sucessivamente, até chegar ao rei, que é o suserano maior. Cada escala de vassalagem paga algum tipo de serviço ao seu suserano e ao rei.

2.3.2 Sociedade feudal

Os senhores feudais formam a nobreza rural. Vivem em castelos, por questões de segurança, e possuem jurisdição sobre os servos e camponeses livres. A Igreja transforma-se em **grande proprietária feudal** e os membros do alto clero recebem domínios feudais, tornando-se ao mesmo tempo suseranos e vassalos.

2.3.3 Economia feudal

O feudo constitui a **unidade territorial** da economia feudal e caracteriza-se pela autarquia e pela ausência quase total do comércio e de intercâmbios monetários. As cidades deixam de ser centros econômicos. Os feudos pertencentes ao patrimônio real são cedidos em usufruto a membros da nobreza e do clero. Os ofícios e o artesanato passam a realizar-se nos próprios castelos.

2.4 Idade Moderna

Período entre a queda do Império Romano do Oriente e a Revolução Francesa, em 1789. Principais marcos: o fortalecimento dos Estados nacionais monárquicos, a expansão marítima e colonial, o fortalecimento e expansão do capitalismo - que se torna a forma de produção predominante -, o renascimento cultural e científico, a fermentação revolucionária do iluminismo e a independência norte-americana.

Compreende o período histórico que, na Europa, se estende da queda do Império Romano do Oriente para os turcos, em 1453, até a Revolução Francesa, em 1789. Constitui o período de transição do feudalismo para o capitalismo. Tem como principais marcos a formação dos Estados nacionais modernos, o renascimento cultural, a expansão marítima, a descoberta de novos territórios, as reformas e contra-reformas cristãs, o colonialismo, o surgimento das monarquias absolutistas, o Iluminismo e a independência dos Estados Unidos.

2.5 Idade Contemporânea

Cobre o período do final do século XVIII, a partir da Revolução Francesa, até a atualidade. Principais marcos: o período napoleônico (1799 a 1815), a restauração monárquica e as revoluções liberais (1800 a 1848), a revolução industrial e expansão do capitalismo (de 1790 em diante), a disseminação das nacionalidades e das doutrinas sociais (a partir de 1789), o surgimento do imperialismo, a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), as revoluções socialistas, a expansão da democracia, o surgimento do fascismo e do nazismo (1917-1938), a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra Fria (1948-1990) e a desagregação da União Soviética (1991).

Revolução Francesa - É resultado do descontentamento da maioria da população contra os privilégios da alta burguesia, nobreza e clero. Sob o absolutismo de Luís XVI, dos Bourbon, domina a desigualdade civil e uma profunda crise financeira.

Na época pós-revolucionária Napoleão decretou o levantamento cadastral de todo o território nacional francês e, mais tarde, também das terras ocupadas, este com a finalidade principal de criar um estímulo à cidadania, e como justificativa secundária para a

arrecadação da justa tributação dos cidadãos proprietários de bens imóveis.

Declaração dos Direitos do Cidadão - É aprovada pela Assembléia Constituinte em 26 de agosto de 1789, inspirada na declaração norte-americana, e diz que a **propriedade privada** é inviolável e sagrada. Também institui a igualdade jurídica e a liberdade pessoal para todos os homens de todas as regiões do mundo.

Na última década de 1990, após a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em 1992 e, por isto, conhecida entre os brasileiros como a ECO-RIO/92, quando muito se tem falado em "Desenvolvimento Sustentável", o Cadastro Técnico Multifinalitário tornou-se instrumento indispensável na Gestão Territorial e Ambiental.

3 Conclusão

A História da Antiguidade registra o **recenseamento da propriedade**, envolvendo **terras, ouro e gado**, já na II dinastia tinita (3000-2770 a.C), com freqüência de dois em dois anos, tendo como objetivo a cobrança de impostos pela soberania faraônica no Egito Antigo.

- Na Babilônia, Hamurabi (1728-1688 a. C.) institui impostos e tributos sobre a propriedade em benefício de obras públicas e estabelece **regras de vida e propriedade**.
- Entre os Assírios verifica-se a **repartição da propriedade da terra** entre a casta sacerdotal, rei e nobreza, tendo em vista o desenvolvimento das atividades agropecuárias.
- O povo fenício coloniza regiões litorâneas, introduz a servidão e vassalagem das tribos e utilizam o trabalho escravo.
- Na economia e sociedade hindus, durante a dominação ariana, ocorrem mudanças na propriedade rural, com a **repartição familiar das terras**.
- Na economia e sociedade gregas, as **terras comunais** passam à propriedade de uma classe de **proprietários rurais**, a nobreza.
- Na Idade Média verifica-se na Europa, entre os principais marcos, a **transformação do escravismo em feudalismo**, com o **retalhamento do território em feudos** (unidade territorial).
- Na Idade Moderna ocorre a transição do feudalismo para o capitalismo e, entre os principais marcos históricos, tem-se a formação dos Estados nacionais modernos.
- Na Idade Contemporânea, a partir da Revolução Francesa até a atualidade, entre os marcos importantes registrados, pode-se destacar a Declaração dos Direitos do Cidadão, com o estabelecimento de que a propriedade privada é inviolável e sagrada, e o despertar da consciência da humanidade, de que os recursos naturais da Terra não são inesgotáveis.

Sem dúvida alguma, no decorrer do processo civilizatório ao longo da História, o CADASTRO, desde a sua significação mais ampla até a sua definição como levantamento, medição e registro da propriedade territorial, quer para finalidades legais, econômicas ou fiscais, foi e continua sendo de grande importância para o processo do desenvolvimento da civilização.

Referências Bibliográficas:

ALMANAQUE ABRIL CD-ROM. Mundo - História Geral. Editora Abril, 2a edição, 1995.

DOROLLE, Maurice. O PENSAMENTO HUMANO - Filosofia - Moral. In: Enciclopédia Delta Larousse, Tomo IV, Tradução de Alberto Castiel. Ed. Delta, Rio De Janeiro, 1960.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda Dicionário da Língua Portuguesa (Eletrônico V. 1.3). Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1994.

FONSECA, Anoldo Medeiros da. DIREITO - Direito Civil. In: Enciclopédia Delta Larousse, Tomo V, Tradução de Alberto Castiel. Ed. Delta, Rio De Janeiro, 1960.

Bibliografia consultada:

GRANSHOF, F.L. Que é Feudalismo? Coleção Saber, 2a ed., Tradução de Jorge Borges de Macedo, Ed. Publicações Europa-América.

RIBEIRO, Darcy. O processo Civilizatório - Etapas da evolução sociocultural. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, SP, 1998.

¹ Nessa ocasião verifica-se uma das primeiras limitações físicas da propriedade territorial pelo homem.

² Esta repartição de terras pressupõe medições e transferências da propriedade territorial, dando início, portanto, ao CADASTRO de terras.